

## 12274 - Produtores Familiares e o Código Florestal Brasileiro: A clareza da importância na impossibilidade de aplicação

*Dairy farmers and Brazilian Forest Code*

REBOLLAR, Paola Beatriz May<sup>1</sup>; SCHMITT F., Abdon Luiz<sup>1</sup>; DA ROS, Joao<sup>1</sup>; FARLEY, Joshua<sup>2</sup>,  
TREVISAN, Adriana Dias<sup>1</sup>

1 Universidade Federal de Santa Catarina, [abdonfilho@hotmail.com](mailto:abdonfilho@hotmail.com), [paola@ecv.ufsc.br](mailto:paola@ecv.ufsc.br); 2 University of Vermont, [joshua.farley@uvm.edu](mailto:joshua.farley@uvm.edu)

**Resumo** O Código Florestal tem implicações significativas para os proprietários rurais. Tanto APP quanto RL apresentam restrições de uso das propriedades não internalizadas nos modelos produtivos. Estas restrições podem ser significativas para a propriedade familiar, especialmente quando localizadas nas encostas. Por outro lado, a conservação destas áreas tem importante papel na produção de serviços ecossistêmicos, inclusive os de provisão. Este trabalho avaliou a relação entre os agricultores familiares das Encostas da Serra Catarinense e o Código Florestal. Foram entrevistados 10% dos fornecedores de 4 laticínios. Foi investigado o conhecimento da lei, o grau de aceitação, e a compatibilidade entre a legislação e as práticas produtivas. Os resultados mostraram um desconhecimento generalizado das leis, além da incompatibilidade entre a legislação e o tamanho das propriedades. Por outro lado, os agricultores demonstraram sentimento de urgência em relação à necessidade da conservação dos recursos naturais. Diante disto, propõe-se uma ampla discussão participativa da legislação, além da adoção de sistemas produtivos integrados à recuperação ambiental.

**Palavras-Chave:** legislação ambiental, agricultura familiar, agroecologia, proteção ambiental

**Abstract:** This paper seeks to analyze the viewpoint of familiar milk producers in Serra Geral slopes of Santa Catarina state. We interview the responsible for milk production in 110 families in a random sample. The interviews focus on local milk production evolutionary dynamic; knowledge about the law; and compatibility between environmental laws and productive practices. Then, results show lack of knowledge about environmental laws concerning small properties and about the size of protected areas. The results point to incompatibility between environmental law and the size of visited properties that promotes low effectiveness. However, farmers consider conservation an important action to maintain life quality for their families and for the society. In this context, we propose to discuss Brazilian environmental law considering farmers viewpoint, and to use agroecological productive systems to guarantee environmental conservation and life quality.

**Key Words:** environmental laws, dairy farmers, agroecology, environmental protection

### Introdução

O Código Florestal brasileiro tem implicações significativas para os proprietários rurais. Tanto APP quanto RL apresentam restrições de uso que não são indenizadas (KAYDEN, 2008). Por outro lado, a conservação destas áreas tem importante papel na produção de bens e serviços ecossistêmicos, como regulação e suprimento de água, formação de solo, geração de biodiversidade, seqüestro de carbono, provisão de alimentos e suporte

as atividades rurais (CONSTANZA et al, 1997; SBPC/ABC, 2011).

Atualmente, intensos debates políticos visam revisar esta legislação. Um dos aspectos em discussão é a alteração nas dimensões das APP. Para os proprietários rurais, a redução destas áreas pode compatibilizar conservação e produção agrícola. Para ambientalistas, esta redução pode comprometer o equilíbrio dos ecossistemas existentes. Assim, objetivos ecológicos, econômicos e sociais se parecem conflitantes (SBPC/ABC, 2011).

Nas últimas décadas, pesquisas relacionadas com a conservação vem enfatizando a necessidade de incluir os usuários diretos dos recursos naturais na elaboração de leis e políticas de proteção ambiental (COCHRANE, 2006; PETHERAM e CAMPBELL, 2010; VACCARO e NORMAN, 2008). Diante disso, este estudo buscou analisar a percepção dos agricultores familiares das Encostas da Serra Geral Catarinense sobre a Código Florestal brasileiro durante o ano de 2009.

### **Metodologia**

O trabalho foi executado através de entrevistas semiestruturadas com o pesquisador perguntando e buscando a compreensão do entrevistado. As respostas de 60 famílias de produtores foram gravadas e classificadas. Estes agricultores compuseram uma amostra aleatória de aproximadamente 10% agricultores integrados aos Laticínios Darolt, Doerner, Della Vita e Geração. Juntos, esses laticínios possuem 1105 integrados, dos quais, 485 trabalham com Pastoreio Voisin em vários estágios de adesão.

As propriedades analisadas são predominantemente unidades de produção familiares, das quais 75,4% são estabelecimentos rurais de até 30 há localizados em vários municípios da Encosta da Serra Catarinense. As respostas espontâneas foram registradas e classificadas. Foi realizada uma análise exploratória de dados estudando regularidades ou padrões. As ferramentas de análise utilizadas foram: análise univariada e análise bivariada.

### **Resultados e discussão**

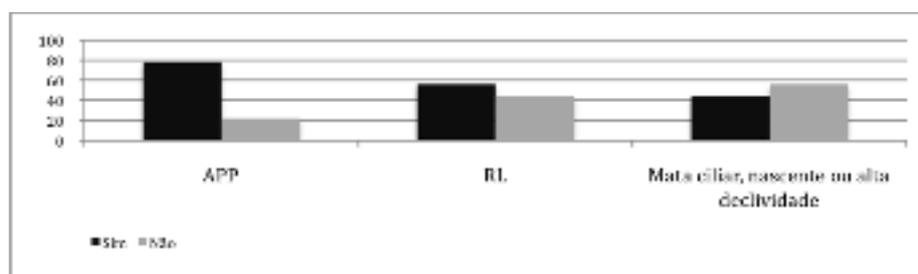
Todas as propriedades visitadas estão submetidas as obrigações legais do Código Florestal brasileiro. Esta lei, determina que as propriedades rurais devem possuir uma área mínima de florestas e de ecossistemas naturais conservados. Essa área mínima corresponde à soma APP e RL. As APP localizam-se ao redor das lagoas, nas nascentes, nos topos de morros, nas encostas com declividade superior a 45° entre outros. Todas as propriedades visitadas apresentam pelo menos uma destas condições.

As áreas de RL localizam-se no interior de cada propriedade ou posse rural e tem a função de manter uma percentagem mínima de vegetação nativa, sendo destinada ao uso sustentável dos recursos naturais, bem como, à conservação e proteção dos corpos hídricos, do solo, da fauna e da flora. Em Santa Catarina, esta área deve ser equivalente a 20% da propriedade. Nestas áreas não é permitida a aplicação de agrotóxicos nem o corte raso da cobertura arbórea. Neste estado brasileiro, as atividades como manejo agroflorestal podem ser praticadas mediante autorização do órgão ambiental competente.

Na área de pesquisa, o Código Florestal brasileiro é pouco aplicado. As entrevistas demonstraram que apenas 44% das propriedades visitadas apresentam APP conservadas. No entanto, as dimensões destas áreas são bastante inferiores aos valores

exigidos no Código Florestal brasileiro. A maior parte dos agricultores (78%) afirmaram que a televisão é sua principal fonte de informações sobre a legislação ambiental brasileira. No entanto, os agricultores não conheciam as especificidades da legislação aplicáveis a agricultura familiar. As entrevistas demonstraram que apenas 11% dos agricultores entrevistados conhecem as dimensões legais das APP e RL aplicáveis às suas propriedades. No que se refere aos conhecimentos dos agricultores sobre as expressões-chave da legislação brasileira, 78% desconheciam o significado de APP. A RL era conhecida por 56% dos agricultores. No entanto, 44% dos entrevistados conhecia ao menos uma das expressões matas ciliares, nascentes ou alta declividade. Estas informações estão representadas na figura 1.

**Figura 1. O conhecimento dos agricultores sobre as expressões APP, RL, matas ciliares, nascentes ou alta declividade**



A pesquisa de ALARCON et al (2010) observou que o uso das APP aumentou a partir da década de 1950. O uso das margens de rios cresceu 61%. A prática da agricultura em topos de morro sofreu redução de 15% até o ano 2000 quando foram reflorestados com pinus. NASCIMENTO (2007) pesquisando propriedades rurais no sudoeste do Paraná também verificou a ausência de APP e RL.

A aplicação do Código Florestal nesta área pode causar impactos positivos sobre o equilíbrio dos ecossistemas. A recuperação das matas ciliares pode aumentar a conectividade dos fragmentos florestais remanescentes. Estes fragmentos isolados não são capazes de dar suporte adequado a diversas espécies, mas corredores de 60m podem viabilizar trocas genéticas. Estudos indicam que 30m de vegetação em cada margem dos rios pode também auxiliar na retirada de compostos nitrogenados provenientes de cultivos agrícolas (SBPC/ABC, 2011). Além disso, recuperação da cobertura florestal em áreas com alta declividade e topos de morros pode auxiliar na redução de deslizamentos de terras (VANACKER et al, 2007). Os locais reflorestados podem capturar mais carbono do que as pastagens (MAY e MILIKAN, 2010).

Devido ao relevo e rede hidrográfica local, a aplicação do Código Florestal brasileiro na área de pesquisa reduziria a capacidade produtiva dos agricultores familiares, e em muitos casos inviabilizaria a atividade nos modelos produtivos convencionais. Em algumas propriedades, as dimensões de APP e RL exigidas pela legislação brasileira englobam até metade da área. Sua recuperação integral poderia fragilizar os produtores e desagregar as cadeias produtivas locais. Desta forma, o contexto ecológico e econômico desta região confronta a necessidade de evitar a queda na qualidade de vida dos produtores com a urgência de proteger ecossistemas extremamente impactados.

A maior parte dos agricultores entrevistados (90%) questionaram a compatibilidade entre

a legislação ambiental e sua realidade produtiva. Os agricultores entrevistados apresentaram preocupações sobre potenciais penalidades pela falta de cumprimento da lei. Por outro lado, 88% dos agricultores consultados estão dispostos a cumprir a legislação mediante alguma forma de estímulo econômico. Nas pesquisas de NASCIMENTO (2007), a maior parte dos agricultores acreditava na necessidade de conservar os recursos naturais, como solo e água.

Diante disso, pode ser interessante associar a implantação de sistemas agrícolas integrados as APP e aos remanescentes florestais. Há um interesse crescente em sistemas de produção multifuncionais, que ofereçam de forma competitiva serviços ecossistêmicos de provisão, além dos de suporte, regulação e culturais. Neste contexto, a criação animal deve alcançar diversos objetivos, como produção de alimentos de qualidade, minimização da degradação ambiental, e promoção do bem-estar animal, e da biodiversidade (NARDONE et al, 2004).

A legislação ambiental brasileira é complexa e embasada em estudos científicos. Apesar da unanimidade sobre a relevância dos espaços protegidos legalmente, a percepção dos agricultores deve ser levada em consideração. Leis e políticas de conservação ambiental de sucesso implicam na conexão entre preservação da biodiversidade, justiça ambiental e desenvolvimento local.

### **Bibliografia Citada**

- ALARCON, G.G. et al. Conflitos de interesse entre pequenos produtores rurais e a conservação de áreas de preservação permanente na Mata Atlântica. **Floresta**, v. 40, n. 2, p. 295-310, 2010.
- COCHRANE, P. Exploring cultural capital and its importance in sustainable development. **Ecological Economics**, v. 57, p. 318–330, 2006.
- COSTANZA, R.; et al. The value of the world's ecosystem services and natural capital. **Nature**, v. 387, p. 253-260, 1997.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecology**: ecological processes in sustainable agriculture. Boca Raton: CRC Press LLC, 2000.
- MAY, P. H.; MILLIKAN, B. **The context of REDD+ in Brazil**: Drivers, agents and institutions. Bogor, Indonesia: CIFOR, 2010.
- NASCIMENTO, H.M. Percepção agroambiental dos agricultores familiares no sudoeste do Paraná: o caso de Capanema. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 3, p. 20-40, 2007.
- NARDONE, A.; ZERVAS, G. ; RONCHI, B. Sustainability of small ruminant organic systems of production. **Livestock Production Science**, v. 90, p. 27–39, 2004.
- PETHERAM, L.; CAMPBELL, B. M. Listening to locals on payments for environmental services. **Journal of Environmental Management**, v. 91, p. 1139–1149, 2010.
- SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; ABC - Academia Brasileira de Ciências. **O Código Florestal e a Ciência**: contribuições para o diálogo. São Paulo, 2011.
- VACCARO, I; NORMAN, K. Social Sciences and landscape analysis: Opportunities for the improvement of conservation policy design. **Journal of Environmental Management**, v. 88, p. 360–371, 2008.
- VANACKER, V. et al. Restoring dense vegetation can slow mountain erosion to near natural benchmark levels. **Geology**, v. 35, p. 303–306, 2007.